PSTU

Opinião socialista Especial

Ano VIII Edição 154
De 10 a 23/07/2003
Contribuição: R$ 2,00

6 MESES DE GOVERNO LULA

ARROCHO E DESEMPREGO PARA OS TRABALHADORES. BILHÕES PARA OS BANQUEIROS

Mais 580 mil desempregados
Salários perdem 14,7%
Só 4.810 sem-terra assentados
Confisco da aposentadoria
R$ 51 bilhões aos banqueiros
Alca em 2005

SEM ROMPER COM A ALCA E O FMI NÃO HAVERÁ MUDANÇAS

AOS LEITORES

Este é um número especial do **Opinião Socialista**. Ao completar seis meses de governo Lula, resolvemos dedicar esta edição para realizar um balanço honesto deste período. Pensamos que, sempre, é preciso dizer a verdade aos trabalhadores e ao povo.

Nestes meses, os banqueiros ganharam bilhões e os trabalhadores e explorados receberam mais arrocho e demissões.

Aonde vai o governo Lula? A maioria elegeu Lula para que ele realizasse mudanças. Para que desse um basta nos oito anos de FHC e FMI, que foram de desemprego, arrocho, privatizações e entrega do país.

Lula e a direção do PT, no entanto, compuseram um governo de aliança com latifundiários, grandes empresários e banqueiros, fizeram um acordo com o FMI e continuam negociando a Alca. Estão dando continuidade, de maneira aprofundada, à mesma política do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Não é por acaso que a reforma da Previdência que o atual governo quer aprovar no Congresso é a mesma de FHC.

Desse jeito, na nossa opinião, não haverá mudanças. Pelo contrário, a vida dos trabalhadores e do povo vai piorar.

O encontro de Lula com Bush, no qual o atual governo aceitou concluir as negociações da Alca até 2005, indica que o rumo pelo qual optaram Lula e o PT - em aliança com a burguesia - conduzirá nosso país à colonização.

Neste jornal, queremos mostrar quem está perdendo e quem está ganhando com a política do governo Lula e do FMI. Queremos discutir que, infelizmente, essa política não é temporária. O governo está comprometido com a cartilha do FMI até o final do mandato.

ARTE BRUNO

Diante disso, a classe trabalhadora, que demonstrou força ao derrotar FHC, deve ir à luta por emprego, salário, terra e direitos e para exigir a ruptura com o FMI e com a Alca, exigindo um Plebiscito Oficial.

A força da classe trabalhadora já começa a se demonstrar na grande de greve dos servidores públicos, que rechaçam essa reforma do FMI. Nas ocupações de latifúndio pelo MST. Nas greves por salário e emprego dos demais trabalhadores.

Dedicamos essa edição à greve dos servidores. Pois é tarefa de todo trabalhador e lutador desse país apoiá-la.

Queremos discutir com toda esquerda socialista brasileira que é hora de romper com o governo Lula e com o PT e forjar um novo Partido, de luta, de classe, revolucionário e socialista.

O **PSTU** é um partido socialista e revolucionário. O **PSTU** está crescendo e quer que você venha ajudar a construí-lo. Mas, reconhecemos que existem revolucionários também em outras organizações, que se encontram em minoria no PT. Fazemos um chamado, portanto, a todas as correntes socialistas do PT, aos movimentos sociais, aos ativistas e lutadores desse país que defendem um projeto de transformação social: vamos juntos construir um novo Partido, que seja uma oposição de esquerda a esse governo e esteja comprometido com a derrota do imperialismo, do capitalismo e com a construção do socialismo.

Veja nesta edição: quanto os banqueiros ganharam nestes meses, quanto custa ao Brasil a dívida externa e interna; o resultado do encontro Lula-Bush e as atividades da Campanha contra a Alca, a real situação do emprego, do salário e da reforma agrária; saiba da força da greve dos servidores e como apoiá-la. Veja ainda as propostas do **PSTU** para o país, o debate sobre os "rumos" do governo Lula e porque propomos unir a esquerda num novo Partido.

Você também encontrará neste jornal um quadro das mobilizações do funcionalismo em toda a América Latina e saberá mais sobre o **PSTU** e como ajudar a construí-lo.

SUMÁRIO

EXPEDIENTE

***Opinião Socialista* é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**
CNPJ 73.282.907/0001-64 Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: ***opiniao@pstu.org.br*** Fax: (11) 5575-6093

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Eduardo Almeida, Euclides de Agrela, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

REDAÇÃO
André Valuche, João Ricardo Soares, Luiza Castelli, Mariúcha Fontana

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Cilene Gadelha, David Cavalcante, Jocilene Chagas, Maria Lúcia Fattorelli, Rogério Marzola,

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

ASSINATURA

NOME ____________________

ENDEREÇO ____________________

CIDADE __________ **ESTADO** __________

CEP __________ **TELEFONE** __________

E-MAIL ____________________

24 EXEMPLARES	48 EXEMPLARES
❑ 1x R$ 48,00	❑ 1x R$ 96,00
❑ 2x R$ 24,00	❑ 2x R$ 48,00
❑ 3x R$ 16,00	❑ 3x R$ 32,00
❑ Solidária R$	❑ Solidária R$ ....

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da assinatura total ou parcelada para Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04040-030

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

■ **SEDE NACIONAL**
R. Loefgreen, 909
Vila Clementino São Paulo - SP
(11) 5575.6093 *pstu@pstu.org.br*

ALAGOAS
■ **MACEIÓ**
R. Pedro Paulino, 258 - Poço
(82) 336.7798 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ
■ **MACAPÁ**
Rua Prof. Tostes, 914 - Santa Rita
(96) 9963.0775 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS
■ **MANAUS**
R. Emílio Moreira, 801- Altos - 14 de Janeiro - (92)234.7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA
■ **SALVADOR**
R.Coqueiro de Piedade, 80
Barris (71)328.7280
salvador@pstu.org.br

■ **ALAGOINHAS**
alagoinhas@pstu.org.br

CEARÁ
■ **FORTALEZA**
fortaleza@pstu.org.br

CENTRO
Av. Carapinima, 1700 - Benfica

BARRA
Rua Tulipa, 250 - Jardim Iracema

GRANJA PORTUGAL
Rua Taquari, 2256

MARACANAÚ
Rua 1, 229 - Cj. Jereissati1

DISTRITO FEDERAL
■ **BRASÍLIA**
Setor Comercial Sul - Quadra 2 - Ed. Jockey Club - Sala 102
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO
■ **VITÓRIA**
Av. Princesa Isabel, 15 - Ed. Martim de Freitas, 1304 -Centro

GOIÁS
■ **GOIÂNIA**
R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11, Setor Leste Universitário - (62)261-8240
goiania@pstu.org.br

MATO GROSSO
■ **CUIABÁ**
Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon (65)9956.2942 9605.7340

MARANHÃO
■ **SÃO LUÍS**
(98)276.5366 / 9965-5409 -
saoluis@pstu.org.br

MINAS GERAIS
■ **BELO HORIZONTE**
bh@pstu.org.br

CENTRO
Rua da Bahia, 504 - sala 603 - Centro (31)3201.0736

CENTRO - FLORESTA
Rua Tabaiares, 31 - Floresta (Estação Central do metrô)
(31)3222.3716

BARREIRO
Av. Olinto Meireles, 2196 sala 5
Praça da Via do Minério

■ **CONTAGEM**
Rua França, 532/202 - Eldorado

■ **JUIZ DE FORA**
Av. Barão do Rio Branco, 3008 - bloco C - ap. 301
(32) 9965.1240 9966.1136

■ **UBERABA**
R. Tristão de Castro, 127 - (34)3312.5629
uberaba@pstu.org.br

■ **UBERLÂNDIA**
R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ
■ **BELÉM**
belem@pstu.org.br

SÃO BRÁS
Av. Gentil Bittencourt, 2089 - (91)259.1485 -

ICOARACI
Conjunto da COHAB, Trav. S1, nº 111- (91) 9993.5650 / 227.8869

■ **CAMETÁ**
R. Cel. Raimundo Leão, 925 Centro

PARAÍBA
■ **JOÃO PESSOA**
R. Almeida Barreto, 391 - 1º andar - Centro - (83)241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ
■ **CURITIBA**
R. Alfredo Buffren, 29/4, Centro

PERNAMBUCO
■ **RECIFE**
R. Leão Coroado, 20 - 1º andar - Boa Vista - (81)3222.2549 -
recife@pstu.org.br

PIAUÍ
■ **TERESINA**
R. Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO
■ **RIO DE JANEIRO**
rio@pstu.org.br

PRAÇA DA BANDEIRA
Tv. Dr. Araújo, 45 - (21)2293.9689

CAMPO GRANDE
Estrada de Monteiro, 538/Casa 2

■ **DUQUE DE CAXIAS**
R. das Pedras, 66/01, Centro

■ **NITERÓI**
R. Dr. Borman, 14/301 - Centro
(21)2717.2984 *niteroi@pstu.org.br*

■ **NOVA IGUAÇU**
R. Cel. Carlos de Matos, 45 Centro

■ **VOLTA REDONDA**
Rua Peri, 131/2 - Eucaliptol

RIO GRANDE DO NORTE
■ **NATAL**
CIDADE ALTA
R. Dr. Heitor Carrilho, 70
(84) 201.1558

ZONA NORTE
Av. Maranguape, 2339
Conj. Panatis II

RIO GRANDE DO SUL
■ **PORTO ALEGRE**
R. General Portinho, 243
(51) 3286.3607 -
portoalegre@pstu.org.br

■ **CAXIAS DO SUL**
Rua do Guia Lopes, 383, sl 01
(54) 9999.0002

■ **PASSO FUNDO**
XV Novembro, 1175 - Centro - (54) 9982-0004

■ **PELOTAS**
Rua Santa Cruz, 1441 - Centro - (Próximo a Univ. Católica)
(53)9126.7673 *pelotas@pstu.org.br*

■ **RIO GRANDE**
(53) 9977.0097

■ **SANTA MARIA**
(55) 9989.0220 -
santamaria@pstu.org.br

■ **SÃO LEOPOLDO**
Rua João Neves da Fontoura,864
Centro 591.0415

SANTA CATARINA
■ **FLORIANÓPOLIS**
Rua Nestor Passos, 104 Centro
(48)225.6831 -
floripa@pstu.org.br

SÃO PAULO
■ **SÃO PAULO**
saopaulo@pstu.org.br

CENTRO
R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - (11)5904.2322

ZONA LESTE
Av. São Miguel, 9697
Pça do Forró - São Miguel
(11) 6297.1955

ZONA OESTE
Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3483 Butantã - (11)3735.8052

ZONA NORTE
Rua Rodolfo Bardela, 183
(tv. da R. Parapuã,1800)
Vila Brasilândia

ZONA SUL
SANTO AMARO
R. Cel. Luis Barroso, 415 - (11)5524-5293

CAMPO LIMPO
R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 - piso superior

■ **BAURU**
R. Cel. José Figueiredo, 125 - Centro - (14)227.0215-
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.kit.net

■ **CAMPINAS**
R. Marechal Deodoro, 786
(19)3235.2867-
campinas@pstu.org.br

■ **CAMPOS DO JORDÃO**
Av. Frei Orestes Girard, 371 sala 6 - Bairro Abernéssia
(12)3664.2998

■ **DIADEMA**
R. dos Rubis, 359 - Centro
(11)9891-5169
diadema@pstu.org.br

■ **EMBU DAS ARTES**
Av. Rotary, 2917 sobreloja
Pq. Pirajuçara
(11) 4149.5631

■ **FRANCO DA ROCHA**
R. Washington Luiz, 43
Centro

■ **GUARULHOS**
R. Miguel Romano, 17 - Centro
(11) 6441.0253

■ **JACAREÍ**
R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953.6122

■ **LORENA**
Pça Mal Mallet, 23/1 - Centro

■ **OSASCO**
R. São João Batista, 125

■ **RIBEIRÃO PRETO**
R. Saldanha Marinho, 87
Centro - (16) 637.7242
ribeiraopreto@pstu.org.br

■ **SANTO ANDRÉ**
R. Adolfo Bastos, 571
Vila Bastos
(11)4427-4374

■ **SÃO BERNARDO DO CAMPO**
R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11)4339-7186 e 6832-1664
saobernardo@pstu.org.br

■ **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
sjc@pstu.org.br

VILA MARIA
R. Mário Galvão, 189
(12)3941.2845

ZONA SUL
Rua Brumado, 169
Vale do Sol

■ **SOROCABA**
Rua Prof. Maria de Almeida,498 - Vila Carvalho

■ **SUZANO**
Av. Mogi das Cruzes,91 - Centro
(11) 4742-9553

■ **TAUBATÉ**
Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE
■ **ARACAJU**
Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Fonolândia
aracaju@pstu.org.br

NA INTERNET

www.pstu.org.br
www.litci.org

FOTO MATHEUS BIRKUIT

ABAIXO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

TODO APOIO À GREVE DOS SERVIDORES

A greve dos servidores contra a reforma, que teve início no dia 8, aos seis meses do governo Lula, não é uma greve como qualquer outra. Ela tem uma dimensão histórica. É o primeiro setor a se levantar contra o projeto econômico neoliberal do imperialismo e dos banqueiros, que – para perplexidade dos trabalhadores – está sendo pilotado pelo governo Lula.

A reforma que está tramitando no Congresso obedece às diretrizes de privatização do FMI, do Banco Mundial e da Alca: retira direitos históricos dos trabalhadores em benefício dos banqueiros.

Essa greve é um divisor de águas. Trata-se de apóiá-la ativamente ou ficar com o governo, do lado do FMI. Se os servidores forem derrotados – como querem o governo, os banqueiros e toda a burguesia – será uma vitória do FMI e da Alca. Se forem vitoriosos, será um derrota importante do projeto imperialista.

Ela se dá num momento em que outros setores da classe trabalhadora começam a lutar, como os sem-terra, com ocupações, e os trabalhadores do setor privado, por salário e emprego.

A tarefa de todos os trabalhadores e movimentos sociais é apoiar ativamente essa greve. O governo quer dividir os trabalhadores e jogar a população contra o funcionalismo. As entidades e movimentos precisam fazer o movimento oposto. Devem engajar-se nessa luta e ganhar as ruas ao lado dos servidores.

A marcha a Brasília, que acontecerá em agosto contra a reforma, precisa ser assumida por todos. Dela precisam participar também os trabalhadores do setor privado, o MST, os estudantes, a Campanha contra a Alca.

Os servidores, por sua vez, devem incorporar na sua luta a exigência de Plebiscito Oficial sobre a ALCA e passar o abaixo-assinado nas assembléias, piquetes e ações de rua. E também, como sempre fizeram, apoiar as ocupações dos sem-terra.

Somos Todos Servidores! Abaixo a reforma da Previdência

LULA ESTÁ FAZENDO O JOGO DO FMI E DA ALCA CONTRA OS TRABALHADORES

QUEREMOS MUDANÇA. CHEGA DE CONTINUÍSMO!

O governo Lula completou 6 meses, mas os trabalhadores não têm o que comemorar. Já os banqueiros estão felizes da vida.

Lula está aplicando a cartilha do FMI e aprofundando a política econômica de FHC. Os banqueiros receberam R$ 51 bilhões de juros em 5 meses. Lula está desviando mais dinheiro para pagar juros das dívidas aos banqueiros do que o governo anterior. Aceitou concluir a negociação da Alca em 2005. Em vez de reestatizar empresas privatizadas, permite que as multinacionais aumentem tarifas em mais de 29%.

Para os trabalhadores, sobrou desemprego, arrocho, cortes nas verbas sociais e ataques à direitos.

Dos 10 milhões de empregos prometidos, nenhum deu a cara. Mais 580 mil trabalhadores estão desempregados. Da reforma agrária que sairia numa canetada, só foram assentados 4 mil sem-terra. O Fome Zero – que faria todos comerem três refeições diárias – atende só 50 mil dos 48 milhões de pobres. Os salários perderam 14,7%. Os servidores sentem-se traídos. Lula quer aprovar a mesma reforma de FHC na Previdência.

Não foi pra isso que o povo elegeu Lula.

ROMPER COM A ALCA, O FMI E A BURGUESIA, JÁ!

O **PSTU**, na campanha eleitoral, advertiu que, aliando-se à burguesia e atrelando-se ao FMI e à Alca, Lula não mudaria o Brasil e acabaria atacando os trabalhadores.

O governo tem pedido paciência aos trabalhadores. Anuncia um espetáculo de crescimento. E compara as mudanças à gestação de um filho, que leva 9 meses para nascer; ou ao plantio de uma árvore:é preciso esperar ela crescer para poder colher o fruto, diz Lula.

Mas o problema é que as sementes que o governo Lula está plantando só vão gerar mais desemprego, exploração e entrega. No acordo com o FMI, ele se comprometeu com o aprofundamento da política de FHC até 2006.

A privatização da Previdência, a reforma trabalhista, a independência do BC e a Alca levarão o país a uma situação de colônia e a um empobrecimento nunca visto.

Lula colocou no governo latifundiários, banqueiros e grandes empresários. Sem expulsar essa gente e sem romper com o FMI e a Alca, ele seguir atacando os trabalhadores. Pois não é possível atender a gregos e troianos. Para que sem-terra tenham reforma agrária é necessário atacar o latifúndio, para que operários tenham emprego, salário e direitos é preciso enfrentar empresários; para existir dinheiro para educação, saúde, moradia e emprego é preciso enfrentar banqueiros e parar de pagar a dívida.

Mas, Lula e a direção do PT não querem fazer nada disso.

NÃO HÁ TRANSIÇÃO, NEM PLANO B

A esquerda, diante deste governo e projeto, encontra-se numa encruzilhada. Vários setores enxergam um governo em disputa e a possibilidade de um Plano B. Entretanto, isso não existe. Não é possível um Plano B sem romper com o imperialismo e a burguesia.

Outros acreditam que é possível empurrar o governo para a esquerda. A partir daí têm como preocupação central evitar que as mobilizações se choquem com o governo. Acontece que quem está negociando a Alca e pilotando a reforma do FMI é o governo. Não há como lutar de verdade contra a reforma e não se chocar o governo, ou pior, considerá-lo "aliado nessa luta". Quem não sabe contra quem está lutando, não pode lutar direito.

A verdade, é que o governo está aplicando um projeto do imperialismo e da burguesia. Esse projeto, para se impor, precisa derrotar os trabalhadores.

O governo, portanto, está jogando no time da direita. Aqueles que não vêem ou não querem ver isso, ao invés de empurrar o governo para a esquerda, acabarão levando o movimento para a direita, na tentativa de evitar o confronto.

UNIR A ESQUERDA NUM NOVO PARTIDO

O PT, como instrumento de mobilização por uma transformação social, morreu. A esquerda socialista precisa romper com o governo e com o PT.A ameaça de expulsão dos radicais pela direção do PT é uma evidência explícita de que já não é possível sequer manter-se fiel aos interesses dos trabalhadores por dentro do PT. Quem não votar no projeto de "reforma" do FMI pode ser expulso.

A falência do PT coloca para os socialistas o desafio de construir uma alternativa para a classe trabalhadora brasileira. O **PSTU** é um partido revolucionário e socialista e uma alternativa. Mas reconhecemos que não existem revolucionários apenas no **PSTU**. Por isso, fazemos um chamado aos socialistas que estão em minoria no PT para que venham conosco construir uma nova alternativa. Juntos seremos mais fortes.

Vamos unir os socialistas num novo Partido, de luta, de classe, socialista e revolucionário. É hora de afirmar uma oposição de esquerda e de luta nesse país. Um novo Partido que lute por um governo verdadeiramente dos trabalhadorese cujo horizonte seja socialista.

"Lula está aprofundando a política de FHC e

Foto divulgação

O governo Lula aprofunda a política de FHC, atendendo mais fielmente que seu antecessor as imposições do FMI. Além de manter os pagamentos de juros da dívida, o governo Lula ainda quebra direitos históricos dos trabalhadores na reforma da Previdência, quer a "independência" do Banco Central, a nova Lei de Falências, mantém intocada a injusta estrutura tributária do país e ainda aceita a implementação da Alca - Área de Livre Comércio das Américas – para 2005.

O PAGAMENTO DA DÍVIDA E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

MARIA LÚCIA FATTORELLI*,
Especial para o **Opinião Socialista**

De janeiro a maio de 2003, o governo federal, os estados e municípios "economizaram" R$ 37 bilhões para pagar a dívida pública interna, o que significou 5,73% do PIB (até mais que os 4,25% impostos pelo FMI). Como sempre, isso não foi suficiente para pagar nem mesmo os juros dessa dívida, que atingiram R$ 65,3 bilhões, o que correspondeu a 10,12% do PIB. Curiosamente, mais do que toda a economia prevista pelo governo com a "reforma da Previdência" nos próximos 30 anos, que será de R$ 56 bilhões. Ou seja, o governo, para continuar beneficiando os verdadeiros privilegiados deste país (bancos e especuladores do mercado financeiro), quebra direitos históricos dos servidores públicos (como a paridade e a integralidade), aumenta a idade mínima de aposentadoria, reduz as pensões e ainda abre espaço para a privatização da Previdência através dos fundos de pensão. Esses fundos aplicam seus recursos, principalmente, nos bancos, que, além de já serem beneficiados pelos juros da dívida, serão também privilegiados com essa "reforma".

Ano passado, os pagamentos de juros chegaram a R$ 190 bilhões, para um "superávit primário" de apenas R$ 50 bi. Aí está o grande engano dos que acreditam que o governo Lula estaria em uma "transição": mesmo que a taxa de juros se divida por quatro, continuaremos pagando a dívida *ad infinitum*, tendo de cortar gastos sociais para sempre, impedindo os investimentos necessários para que se possa gerar emprego e crescimento econômico.

Se observarmos a tabela acima, que retrata o orçamento federal, veremos que, enquanto foram programados para o ano R$ 140 bilhões para o pagamento das dívidas externa e interna, apenas R$ 78 bilhões serão destinados a todas as áreas sociais listadas. Quando consideramos o gasto já realizado de janeiro a maio, vemos que foram destinados à dívida mais de R$ 37 bi, quase o dobro dos R$ 20 bilhões gastos com todas as áreas sociais listadas (Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária e Energia). E a dívida diminuiu por causa deste enorme sacrifício imposto à sociedade? Como sempre, não. Se considerarmos somente a dívida mobiliária federal interna, esta passou de R$ 687,3 bilhões em dezembro de 2002 para R$ 709,4 bi em maio de 2003. A Dívida Consolidada da União, que soma esta dívida com a externa, chegou a R$ 1,191 trilhão, na mesma data.

Na tabela abaixo observamos também que, enquanto o governo já gastou até abril 26,48% do que foi programado para o ano com o pagamento da dívida, apenas aplicou 25,76% dos gastos sociais. Além disto, gastos fundamentais estão sendo relegados a segundo plano, como urbanismo, habitação e saneamento, onde quase nada foi gasto, apesar da liberdade que o governo tem para aplicar esses recursos. O gasto com transporte foi, até agora, de apenas 5,66% do programado para o ano. Não é por acaso que as estradas estão completamente abandonadas. O gasto com reforma agrária até o momento também foi mínimo, de 8,53%.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (2003)

Gastos sociais	PREVISTO (R$ mil)	LIQUIDADO (até maio)
Segurança Pública	2.763.243	28,21 %
Assistência Social	8.611.537	30,83 %
Saúde	27.782.999	33,87 %
Educação	14.461.899	29,67 %
Cultura	348.555	15,38 %
Urbanismo	912.976	1,20 %
Habitação	296.063	0 %
Saneamento	224.239	0,04 %
Gestão Ambiental	2.329.203	7,14 %
Ciência e Tecnologia	2.093.428	20,70 %
Agricultura	8.998.344	14,23 %
Organização Agrária	1.599.299	8,53 %
Energia	2.138.640	26,17 %
Transporte	5.389.797	5,66 %

FONTE: *Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos, Dezembro, pág 12. Disponível no site: http://www.stn.fazenda.gov.br*

GOVERNO CONTINUA PAGANDO E A DÍVIDA EXTERNA NÃO PÁRA DE CRESCER

Enquanto isto, a dívida externa atingiu em março (segundo a última informação do governo) a cifra de US$ 233,7 bilhões, o que já reflete os três primeiros saques do último acordo com o FMI (que totalizaram US$ 10 bilhões). Nos primeiros cinco meses de 2003, o comemorado saldo comercial (de US$ 8 bilhões) continuou sendo totalmente utilizado para pagarmos os juros desta dívida (US$ 5,1 bilhões) as remessas de lucros das multinacionais aqui instaladas (US$ 2,1 bilhão), e os serviços contratados do exterior (US$ 1,7 bi).

Ou seja, continuamos a drenar as riquezas do país para o exterior, sob o pretexto de pagarmos os juros de uma dívida que já pagamos. Já a conta de capitais (que inclui os empréstimos e investimentos estrangeiros) somente fechou positiva nos primeiros cinco meses de 2003 pois o FMI entrou com US$ 4 bilhões em março. Nesse período, a entrada de investimentos diretos (que vem, em tese, para atividades produtivas) foi de apenas US$ 2,6 bi, bem menos do que o observado no mesmo período do ano passado (US$ 7,1 bi), o que nos deixa dependentes do capital especulativo.

**** Maria Lúcia Fatorelli é auditora fiscal da Receita Federal, recém-eleita presidente do Unafisco Nacional, coordenadora do Fisco Fórum-MG e da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul***

atendendo fielmente as imposições do FMI”

A “REFORMA TRIBUTÁRIA”

Outra exigência do FMI é a de que, na reforma tributária, não haja perda de arrecadação, para – evidentemente – não comprometer o pagamento de juros. Como não se está prevendo, na reforma, a inversão da lógica tributária no Brasil, onde os tributos sobre o consumo - até mesmo de produtos da cesta básica - respondem por 70% da arrecadação (inversamente aos países desenvolvidos, onde a maioria dos tributos incide sobre a renda e o patrimônio dos mais ricos), os trabalhadores e consumidores continuarão a pagar a conta do endividamento.

Enquanto isso, os banqueiros, que recebem os juros da dívida, continuarão privilegiados por isenções e brechas legais.

A *INDEPENDÊNCIA* DO BANCO CENTRAL

Outra promessa do governo ao FMI é a “independência” do Banco Central, que daria mandatos fixos ao seu presidente e diretores. Dia 2 de abril, o governo aprovou no Congresso a Emenda Constitucional 53, de autoria de José Serra (cabe lembrar, adversário de Lula na eleição do ano passado), que acaba com a limitação dos juros reais a 12% ao ano, permite a regulamentação do sistema financeiro de forma fatiada (por várias leis) e permite a aprovação da independência do BC apenas com maioria simples no Congresso Nacional (257 deputados), e não mais 3/5 (308 votos). Ora, se cabe ao Banco Central implementar medidas cruciais para a mudança do atual modelo econômico, como a mudança na gestão da dívida, a queda nas taxas de juros ou controles de capital e de câmbio, por que se conceder mandatos fixos ao seu presidente? E se o povo conseguir pressionar o governo a realizar essas medidas, mas o presidente do Banco Central for contra? Como fica a posição do governo, que foi eleito pelo povo? É importante ressaltar que o próprio Lula tem discordado da autonomia das “agências reguladoras”, alegando que elas aumentam as tarifas públicas independentemente de sua vontade.

FOTO VICTOR SOARES / AGÊNCIA BRASIL

ANNA KRUEGGER, representante do FMI, em visita ao Brasil

Transição?

Não é por acaso que, em sua última carta de intenções ao FMI, de 28 de maio de 2003, o governo afirmou: *“Todos os critérios de desempenho desta revisão foram cumpridos e houve avanços nas discussões voltadas para a votação de uma nova Lei de Falências no Congresso ainda neste ano. Os parâmetros estruturais de final de junho, relativos ao envio das reformas tributária e previdenciária ao Congresso, foram atingidos antes do prazo. As perspectivas econômicas permaneceram, de um modo geral, inalteradas e estamos confiantes em relação ao cumprimento dos critérios de desempenho do programa”.*

Diante da situação difícil do Brasil, os defensores do governo costumam argumentar que ele recebeu uma herança pesada do governo anterior, e por isso deveríamos esperar até que se possa corrigir o rumo. Porém, quebrando direitos dos trabalhadores e fortalecendo ainda mais os nossos maiores inimigos (os especuladores do mercado financeiro), o governo não apenas manteve o rumo do governo anterior, como também está acelerando ainda mais o passo.

A nova Lei de Falências

GOVERNO QUER APROVAR PROJETO NA CÂMARA AINDA ESTE MÊS

MARIA LUCIA FATTORELLI,
Especial para o **Opinião Socialista**

Na carta de intenções ao FMI, assinada por Antônio Palocci e Henrique Meirelles em 28 de fevereiro de 2003, consta o compromisso de aprovar uma nova Lei de Falências, que tem por objetivo a “garantia dos direitos dos credores”, ou seja, o recebimento pelo setor financeiro, em condições privilegiadas, das dívidas acumuladas pelas empresas falidas. Este privilégio para o setor financeiro contraria a lógica atual que prioriza o pagamento das dívidas trabalhistas e tributárias. Pela nova lei, apenas terá prioridade o pagamento de dívidas trabalhistas no valor de 150 salários mínimos (e 75, no caso de pequenas empresas).

Na Carta de Intenções ao FMI assinada em 28 de maio, o governo analisa o cumprimento dos compromissos firmados em 28 de fevereiro e afirma: ***“Todos os critérios de desempenho desta revisão foram cumpridos e houve avanços nas discussões voltadas para a votação de uma nova Lei de Falências no Congresso ainda neste ano.”*** O próprio governo admite esse favorecimento aos banqueiros, quando argumenta que essa nova lei é uma condição *sine qua non* para que se reduzam os juros cobrados pelos bancos pela concessão de empréstimos. Na visão do governo, os juros cobrados atualmente são altos porque há muita inadimplência, e os bancos têm muito prejuízo com a concessão de créditos não pagos por empresas falidas.

Essa lei é semelhante à imposta pelo FMI à Argentina ano passado, que fez com que empresas endividadas no exterior pudessem ser facilmente adquiridas pelos credores estrangeiros. Ressalte-se que na Argentina a tomada de empresas falidas pelos seus próprios trabalhadores havia mostrado que “los capitalistas son inecessários”, na fala de Julio Gambina, da ATTAC Argentina, no III Fórum Social Mundial.

Com seu discurso, o governo se esquece de que os bancos, nos últimos anos, foram os que mais se beneficiaram com a política econômica baseada no endividamento público e altas taxas de juros. Segundo levantamento da empresa ABM Consulting, no período de 1994 a 2001, os 10 maiores bancos privados do país tiveram um aumento real em seus lucros de 180%; em seu patrimônio líquido de 70%; em sua rentabilidade de 64% e uma redução nos impostos pagos de 50%. Como se isso não bastasse, os bancos ainda duplicaram seus lucros em 2002 e aumentaram de novo seus ganhos em mais 34% no primeiro trimestre de 2003, em relação ao mesmo período do ano passado. Ou seja, não tem lógica defender que mais concessões ainda seriam necessárias para que os bancos possam reduzir os juros que cobram.

O governo se esquece também que todas as concessões feitas aos bancos, no passado, sob a alegação de que proporcionariam a redução das taxas de juros serviram apenas para engordar ainda mais os lucros das instituições financeiras. Um exemplo é a redução do compulsório bancário (que é a parcela obrigatoriamente retida no BC do dinheiro recebido pelos bancos), sempre pleiteada pelas instituições financeiras para que pudessem reduzir as taxas cobradas sobre os empréstimos. Nos últimos dois anos, esse compulsório caiu de 75% para 60%, e nem por isso os juros caíram. Outro exemplo é a redução do IOF de 15% em 1999 para apenas 1,5% atualmente. E nem assim os juros caíram.

A verdade é que os bancos no Brasil formam um verdadeiro oligopólio (quatro bancos detêm mais da metade do mercado) e usufruem dos juros mais altos do mundo aplicando em títulos públicos, sem risco. Com os lucros garantidos pela especulação estimulada pelo governo altamente endividado, os bancos não se interessam pela concessão de crédito à produção.

As incoerências são inúmeras: ao mesmo tempo em que tira direitos duramente conquistados pelos trabalhadores na reforma previdenciária, o governo segue privilegiando ainda mais o setor financeiro, que já engoliu R$ 51 bilhões de janeiro a abril em juros da dívida pública. Esse valor representa quase toda a economia que a reforma da Previdência irá gerar em 30 anos. Quais são os verdadeiros privilegiados desse país?

DESESPERANÇA: DESEMPREGO ATINGE MAIS 580 MIL ESTE ANO

Se algum "espetáculo" ocorreu nestes seis meses, podemos dizer que ele foi um drama e expressão de uma tragédia. A cena ao lado, da polícia lançando gás lacrimogêneo contra dezenas de milhares de desempregados que enfrentavam uma fila quilométrica para o concurso para lixeiro na Comlurb do Rio, comoveu o país.

O choro daqueles que, por terem perdido algum documento, depois de horas na fila não conseguiam se inscrever; o desespero de outros que, involuntariamente, viam-se depois de longa espera envolvidos num tumulto, empurra-empurra, bombas de gás; e, sobretudo, o drama contido nas histórias narradas por muitos trabalhadores desempregados ao vivo e a cores na mídia, certamente apertaram o coração de todos os explorados desse país. A insegurança e o medo do desemprego ampliam-se. Toda família ou tem um desempregado, ou conhece um amigo desempregado e, sobretudo, tem um membro que teme perder o emprego.

ANDRÉ VALUCHE,
da redação

A esperança de que Lula acabasse com essa angústia dos que estão, por enquanto, empregados, e com a aflição e desalento dos desempregados, vai dando lugar à volta do medo e ao desespero. O desemprego é a preocupação número um dos explorados: 90% da população têm essa como sua principal preocupação.

Às mais de 131 mil pessoas que enfrentaram enormes filas para concorrer a uma vaga no cadastro de reserva da Comlurb (Cia. de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro), somou-se a notícia de que nada menos do que 3,8% da população de Londrina (PR) - 17 mil pessoas - disputavam vagas no serviço funerário da cidade.

O desemprego atinge todos: jovens, trabalhadores de meia idade, pessoal altamente qualificado, semi-qualificado ou menos qualificado. Tentando uma vaga de lixeiro ou de coveiro, estão milhares e milhares de trabalhadores altamente qualificados: telefônicos, engenheiros, advogados, publicitários e um longo etc de gente que tem todo o ensino médio e títulos universitários.

Esses números escancaram a realidade do país. Milhões, aos 40 anos, são expulsos do mercado de trabalho. Uma geração inteira de jovens não consegue o primeiro emprego e não vê a menor chance de trabalhar na profissão que escolheu.

Os 10 milhões de empregos – prometidos por Lula na campanha eleitoral, entre os quais, os novos 250 mil neste ano – viraram pó.

O desemprego aumentou. Só na região metropolitana de São Paulo, em maio, 1,959 milhão de pessoas estavam desempregadas. Sendo que, num único mês, de abril para maio, 100 mil perderam o emprego, segundo pesquisa do Dieese/Seade. Nas contratações ocorridas no mesmo mês, predominaram os autônomos e os assalariados sem carteira assinada. Ao lado do desemprego, crescem os trabalhadores sem direitos previdenciários, trabalhistas etc. É o avanço do desemprego e da precarização no país.

FOTO LATUFF

Cai por terra a farsa da falta de qualificação

Cai por terra o argumento dos neoliberais e, infelizmente, comprado por muitos sindicalistas, de que o desemprego é produto da falta de qualificação profissional do trabalhador.

A procura por emprego na Comlurb e no serviço funerário de Londrina colocam em xeque essa mentira, que visa colocar a responsabilidade do desemprego na classe trabalhadora.

Esse tremendo exército industrial de reserva é responsabilidade do capital e deste modelo econômico perverso. É produto do aumento da exploração e também da estagnação e retrocesso econômico de mais de 20 anos. Os bilhões bombeados anualmente para o exterior resultam em falta de investimento em infra-estrutura, nova capacidade instalada, obras e serviços públicos. Por sua vez, a "produtividade" e mais tecnologia na produção, ao invés de redundar em diminuição da jornada de trabalho, redundam em desemprego em massa.

"PRIMEIRO EMPREGO" BENEFICIA CAPITAL

Nos marcos da política econômica do FMI que o governo está aplicando –uma política recessiva, que na melhor das hipóteses (afastados terremotos externos e ou especulativos) irá gerar quando muito um crescimento pífio, como o dos últimos 20 anos - o programa Primeiro Emprego não refrescará em nada o drama do desemprego no país. Além disso, pode contribuir para colocar no olho da rua trabalhadores mais velhos ou melhor remunerados e ainda subsidiar os empresários na rotatividade de mão-de-obra. Dito de outro modo, na demissão de uns e contratação de outros por salários mais baixos.

A meta do governo nos próximos 12 meses é criar 260 mil empregos para jovens. A meta em si já é pífia. Totalmente insuficiente para resolver o gravíssimo quadro de desemprego na juventude. Segundo pesquisa da Fundação Seade e do Dieese, apenas em São Paulo há mais de 500 mil jovens entre 18 e 24 anos desempregados.

E o governo ainda oferece um subsídio: o governo pagará R$ 200 para as pequenas e médias empresas e R$ 100 para a grande empresa que contratar o jovem. Para a Fiesp "é uma oportunidade para mudar o perfil dos profissionais contratados", disse o vice-presidente da entidade na rádio CBN. Pois é, mais um bom negócio para os privilegiados de sempre.

Queremos emprego!

Não há como criar empregos sem romper com o FMI, suspender o pagamento das dívidas e atacar capitalistas e latifundiários.

Para gerar empregos é preciso reduzir a jornada de trabalho para 36 horas, sem redução dos salários. É preciso também investir pesadamente em obras públicas e infra-estrutura: energia, hospitais, escolas, saneamento básico, moradia popular. E fazer a reforma agrária, assentar e garantir crédito agrícola para os 4,5 milhões de sem-terra.

O governo e os capitalistas vão dizer que suspender o pagamento da dívida é irreal, que precisamos dos capitais de fora e o blá, blá, blá de sempre. Porém, nestes anos todos, saiu e continua saindo muito mais dinheiro do que entra aqui no Brasil. Segundo o economista Reinaldo Gonçalves, para cada R$ 1.000 que entraram no país nestes 4 meses, saíram R$ 1.400 com a agiotagem que pagamos.

Arrocho dos salários nos seis meses de governo Lula

JOCILENE CHAGAS,
de São José dos Campos (SP)

A renda do trabalhador brasileiro desabou nos seis primeiros meses do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), só no mês de maio houve uma queda de 14,7% na renda do trabalhador comparada ao mesmo período do ano passado.

De maio de 2002 a maio deste ano, a renda média do brasileiro diminuiu quase R$ 150: caiu de R$ 985 para R$ 841.

Na Grande São Paulo, o rendimento médio do trabalhador apresenta o valor mais baixo desde 1985. De acordo com pesquisa do Dieese, na comparação com os últimos 18 anos, a queda média chega a 50%. Em abril de 1985, o rendimento médio era de R$ 1.682 (em valores de 2003 corrigidos pelo ICV/Dieese), contra R$ 889 em abril deste ano.

A política econômica do governo Lula estimula também o crescimento do trabalho sem carteira assinada. Houve um aumento de 6,9% em maio de 2003, comparado ao mesmo período do ano passado.

A inflação acumulada nos últimos 12 meses também influenciou negativamente no bolso do trabalhador. De novembro de 2002 a abril de 2003, a inflação subiu mais de 10%.

REAJUSTE ZERO

Vendo seu salário valer cada vez menos, enquanto os preços do gás de cozinha, luz elétrica, telefone e gasolina aumentavam de forma galopante, os metalúrgicos e os químicos realizaram uma campanha salarial de emergência (fora da data-base) para lutar contra o arrocho salarial. Mas o governo Lula investiu pesado para tentar desmobilizar o movimento e manter sua política de reajuste zero nos salários.

Trabalhadores da Imbel param por 40 dias e enfrentam intransigência doMinistério da Defesa

Na GM de São José dos Campos, para impedir o gatilho salarial, o governo chegou até a mandar o secretário de Relações Trabalhistas, Osvaldo Bargas, para interceder na greve.

Os trabalhadores da unidade Itajubá (MG) da IMBEL (Indústria de Material Bélico do Brasil), vinculada ao Ministério da Defesa, fizeram uma greve de 40 dias. Foi uma luta duríssima, já que a empresa negou-se a conversar com os trabalhadores alegando que não tinha autorização do Ministério.

FOME

Fome Zero não zera a fome

ANDRÉ VALUCHE,
da redação

O fracasso do programa Fome Zero se explica pela sua lógica assistencialista que nem mesmo pode amenizar o desespero dos milhões que passam fome no país.

Um verdadeiro programa de emergência que não ataque o latifúndio, os atravessadores, os grandes comerciantes; enfim, que tome as medidas emergenciais que a situação requer, não funcionará nem mesmo como um programa assistencialista.

Até o momento, a distribuição do cartão que dá direito a R$ 50 por mês chegou a 50 mil famílias do nordeste. Num universo de 44 milhões de pessoas que passam fome no país.

Respondendo a críticas, José Graziano da Silva, coordenador do Fome Zero, afirma que o programa dos cupons de alimentação custaria cerca de R$ 20 bilhões para que pudesse atender a 9,3 milhões de famílias pobres em um ano. Com o que foi pago de janeiro a maio de juros da dívida aos banqueiros daria para atender duas vezes as famílias pobres do país no mesmo período.

Um verdadeiro programa emergencial de combate à fome não tem como conciliar interesses opostos. As prioridades ficam claras quando até mesmo o programa sofreu cortes em seu orçamento para garantir o pagamento da dívida.

REFORMA AGRÁRIA

Lula só assenta 4.810 famílias

FOTO MARCELLO CASAL / AGÊNCIA BRASIL

GUSTAVO SIXEL,
da redação

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reuniu-se com Lula para pedir que este acelere a reforma agrária. Foram duas horas e meia de conversa, com trocas de elogios e presentes. Após a reunião, João Pedro Stédille afirmou que *"o time dos latifundiários vai ser derrotado. O governo joga no nosso time"*.

O governo declarou que não ia pedir trégua ao MST. Ao final da reunião, Gilmar Mauro declarou: *"sobre as massas do MST nós temos controle. Mas há outros movimentos sociais"*.

A reunião ocorreu em meio a um forte acirramento no campo. Até 23 de junho, os sem-terra tinham ocupado 128 propriedades, mais do que as 103 de 2002. Segundo o Incra, atualmente 149 mil famílias estão acampadas a espera de assentamentos. Os sem-terra também ocuparam sedes do Incra e postos de pedágios e saquearam caminhões com alimentos.

A reação do latifúndio ao aumento das ocupações foi imediata. Além de ameaças aos acampados e até assassinato de lideranças, desde o início do governo os fazendeiros têm se organizado para evitar ocupações e garantir o cumprimento dos 338 mandados de reintegração de posse em 22 estados.

Esta "organização" inclui armamento e milícias. Em São Gabriel (RS), ruralistas foram além. Um panfleto distribuído na cidade estimulava o "povo de bem" a combater os "ratos". Além de tiros, também sugeria aos ruralistas que despejassem gasolina nos acampamentos. *"Haverá sempre um cigarro aceso para terminar o serviço"*, concluía o panfleto assassino.

O que o PT defendia nas campanhas eleitorais

Ano	Meta
1994	800 mil famílias
1998	1 milhão de famílias
2002	Sem meta

Enquanto isso, Lula pede paciência aos sem-terra. O presidente da Contag, Manuel dos Santos, reflete o que vem sendo o esteio das últimas ocupações: *"não dá mais para a gente segurar os trabalhadores com um 'vamos aguardar'"*. O que expressa que a paciência dos trabalhadores rurais parece ter se esgotado.

O governo encolheu o orçamento da reforma agrária de R$ 462,6 milhões para R$ 162 milhões. Da meta de 60 mil famílias assentadas, anunciada para 2003, o ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, só assentou 4.810 até agora – menos de 5%. Rosseto admite que a reforma agrária está lenta. Mesmo que use o orçamento que reservou, o governo só poderá assentar pouco mais de 20 mil famílias até o fim do ano, muito distante dos 90 mil pedidos pelo MST e mais ainda das 149 mil famílias acampadas por todo o país.

O ministro da Agricultura, o latifundiário Roberto Rodrigues, saiu a público em defesa das ações armadas contra as ocupações: *"Quem tem terras deve defendê-las, senão não merece tê-las"*. Já o ministro da Justiça afirmou que contratar jagunços é ilegal, mas empresas de segurança, não.

O governo deve agir de forma imediata no sentido de desarmar o latifúndio ou só haverá morte de um dos lados: o dos trabalhadores rurais. Se o governo "joga no time" da reforma agrária, deve demitir os dois ministros que alentam o assassinato de trabalhadores rurais. Esse time jamais ganhará esta partida tendo jogadores fazendo "gol contra" e alentando o inimigo.

AGORA É GREVE. TODO A

Primeira greve sob Lula surpreende e governo sente o baque

A GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS COMEÇOU COM FORÇA TOTAL. CENTENAS DE MILHARES DE SERVIDORES CRUZARAM OS BRAÇOS E TOMARAM AS RUAS EM TODO O PAÍS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ROGÉRIO MARZOLA,
diretor da Fasubra

O governo se surpreendeu com a força da greve, que é uma das mais fortes já realizadas pelo funcionalismo, quando no seu período inicial. A paralisação atingiu já no primeiro dia entre 40% a 45% de todo o funcionalismo federal, o que é um excelente começo.

Além dos setores com tradição de greves fortes e que estão com índices altíssimos de adesão, como os professores e funcionários das universidades, os trabalhadores do INSS e do IBGE, os auditores e técnicos da Receita Federal, trabalhadores das escolas técnicas federais, funcionários de muitos outros setores estão aderindo: Banco Central, Fisco estaduais, Incra, Judiciário, etc.

Por isso, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, declarou que o governo estaria disposto a "rever aspectos" da reforma da Previdência. Isto é apenas um sintoma de que a greve dos servidores contra a proposta da reforma e pela retirada da PEC 40 está no caminho certo. O governo até agora não se dispôs a uma negociação séria, que reverta a essência da "reforma", que é de privatização da Previdência. Porém, sua reação é de quem sentiu o tranco do movimento.

O Comando do Funcionalismo tem uma avaliação extremamente positiva sobre o grau de adesão à greve e, com a força que ela está demonstrando nos estados, avalia que a perspectiva de crescimento da paralisação nos próximos dias e semanas é muito boa.

Sendo que, em agosto, entrarão ainda mais setores (sobretudo das esferas estadual e municipal) que hoje estão em férias.

A tarefa central agora é ampliar a greve e levar adiante o calendário de manifestações e mobilização votado pela Plenária Nacional dos SPFs.

Foto Samuel Tosta

Bonecos de Lula e Berzoini em ato do funcionalismo na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro

Calendário de mobilização

10 DE JULHO
Audiência pública na Câmara dos Deputados, às 9h30, com a participação da CNESF;

13 A 18 DE JULHO
Atos públicos nos estados pela construção da greve;

14 DE JULHO
Manifestação nas Assembléias Legislativas do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde vão ocorrer audiências públicas da Comissão Especial da reforma;

23 DE JULHO
Visita ao Congresso para pressionar os parlamentares;

24 DE JULHO
Encontro Nacional dos Servidores Públicos das três esferas, em Brasília;

11 A 15 DE AGOSTO
Acampamento, com Marcha Nacional a Brasília*.

* A data da marcha pode ser alterada para até 20 de agosto, a depender da tramitação da reforma no Congresso

A força da greve e das manifestações nos estados

SÃO PAULO

ENTERRO DA REFORMA

GRANDE SP - Os servidores realizaram o enterro da reforma da Previdência no centro de São Paulo. Em seguida os manifestantes se reuniram em frente ao TRF na Avenida Paulista. Participaram fiscais da Receita Federal, servidores do INSS e do Judiciário Estadual. Todas essas categorias pararam e aprovaram a greve por tempo indeterminado. Os policiais federais também pararam e protestaram doando sangue na Santa Casa. No aeroporto de Guarulhos, funcionários da Receita Federal fizeram operação tartaruga. 60% dos servidores do Banco Central aderiram à greve.

RIBEIRÃO PRETO - A manifestação no início da greve do funcionalismo reuniu cerca de mil pessoas no centro. Além dos servidores federais, do Judiciário e da Receita, estiveram presentes sindicalistas do funcionalismo estadual, como da Apeoesp.

BAURU - Um ato na Praça Rui Barbosa reuniu mais de 500 manifestantes. Depois, uma passeata percorreu a principal avenida da cidade, com entidades de servidores, sindicatos, grêmios estudantis e o PSTU.
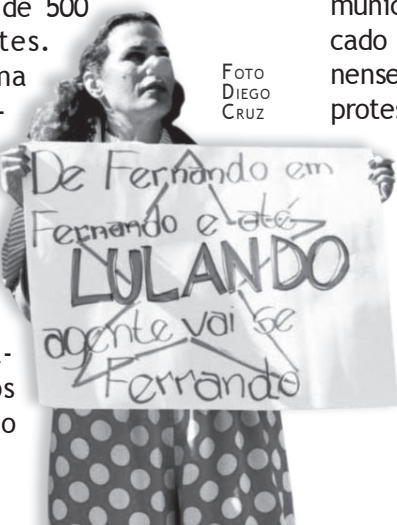
Foto Diego Cruz

RIO DE JANEIRO

MIL SERVIDORES MARCAM O INÍCIO DA GREVE

Professores, funcionários e estudantes de universidades públicas, trabalhadores de ministérios e autarquias do governo, servidores estaduais e municipais participaram do ato unificado convocado pelo Fórum Fluminense em defesa da Previdência. O protesto, realizado no dia 8 à tarde na Cinelândia, usou de muita criatividade para mostrar a indignação com a PEC 40. Charangas, bonecos e telões construíram o cenário da manifestação da qual participaram mais de mil servidores. Os destaques foram os bonecos do presidente Lula e o do ministro Ricardo Berzoini.

BAHIA

SERVIDORES BAIANOS PÁRAM

Diversos órgãos federais pararam: DRT, Fundacentro, Fazenda, Ibama, INSS, IBGE, Ministérios da Saúde e Agricultura e Funasa. Outros fizeram assembléias e continuarão discutindo a greve. Aposentados estão indo aos locais que ainda não aderiram à mobilização para defender a greve. Materiais de campanha estão sendo distribuídos à população.

APOIO AOS SERVIDORES

Abaixo a reforma da Previdência

A "reforma" proposta pelo governo Lula não serve aos trabalhadores. É uma reforma claramente neoliberal: uma contra-reforma, que visa privatizar a Previdência Pública e beneficiar os banqueiros.

Não há nela um único ponto que beneficie os trabalhadores ou faça justiça social. Não traz de volta os direitos arrancados por FHC aos trabalhadores do setor privado; não incorpora desempregados e trabalhadores do setor informal - 40 milhões que não possuem nenhum direito – à Previdência; não melhora a aposentadoria de quem já está aposentado recebendo uma miséria.

Ela ataca mais de 6 milhões de servidores públicos e beneficia os verdadeiros privilegiados do país: os banqueiros.

Essa "reforma" de Lula consta na carta de intenções assinada pelo governo junto ao FMI e tem um único objetivo: economizar dinheiro para pagar mais juros aos banqueiros e empurrar os servidores para uma Previdência privada.

Por isso, essa reforma precisa ser derrotada. Até porque, se for vitoriosa, abrirá caminho para que o governo leve adiante as demais "reformas" que constam nesse mesmo acordo com o FMI: como a reforma trabalhista , a complementação da reforma do sistema financeiro – dando autonomia ao Banco Central - e todo o restante do receituário neoliberal.

PELA RETIRADA DA PEC 40

O governo diz que os servidores não querem negociar porque exigem a retirada dessa reforma (a PEC 40) do Congresso. Mas, os servidores querem negociar sim. Só que, para negociar uma verdadeira reforma da Previdência, o governo tem que retirar essa proposta do FMI de privatização e retirada de direitos.

Os servidores querem um verdadeiro debate, para que toda a população possa participar e ter acesso aos números da Previdência e de todo o Orçamento do governo.

Pois a reforma que interessa à população é outra. É uma "reforma" que garanta e amplie direitos para todos (incluindo os 40 milhões sem direitos); devolvendo os direitos do pessoal do setor privado e garantindo uma Previdência estatal, Pública, por Repartição e Solidária para todos.

Os servidores sabem – e todos os trabalhadores precisam saber – que sobra dinheiro na Previdência e que dá para melhorá-la muito, desde que o governo pare de desviar recursos da Seguridade para pagar juros aos banqueiros; cobre a dívida dos sonegadores, force os bancos a pagarem impostos e suspenda o pagamento das dívidas até que se realize uma auditoria.

O que os servidores não aceitam é fazer emendas cosméticas numa "reforma" que privatiza a Previdência.

FOTO WLADIMIR SOUZA

Uma luta de todos

Todos os sindicatos, ativistas, entidades estudantis e movimentos sociais precisam cercar de apoio e solidariedade ativa a greve dos servidores. Todos devem entrar pesado em campanha contra essa "reforma", esclarecendo a população sobre seu conteúdo, participando dos Fóruns ou Comandos em Defesa da Previdência Pública.

A campanha contra a "reforma" junto à população é muito importante. Nesse sentido, o Comando de São Paulo produziu um jornal muito bom, que pode e deve ser reproduzido nos demais estados. As entidades e sindicatos do setor privado, por sua vez, devem reproduzir a campanha contra a "reforma" nos seus boletins.

Todos devem também se somar ao funcionalismo nas ações de rua. E, desde já, construindo a greve e as atividades diárias, se preparar para as caravanas à grande Marcha à Brasília em agosto.

Esta é uma greve histórica. E a luta contra a privatização da Previdência é de todos.

Veja no site do PSTU o jornal produzido por entidades e sindicatos de São Paulo e que pode ser disponibilizado para reprodução.

FOTO CLAUDIO WAYNE

Rumo à Brasília na grande marcha de agosto

Além do reforço e ampliação da greve, no calendário de mobilização se destaca a importância de que o movimento nos estados jogue peso na realização de atos durante as audiências públicas que ocorrerão nas Assembléias Legislativas.

Outra data fundamental, que deve ser construída com afinco é a reunião das três esferas, que será em Brasília no dia 24, onde deverá ser organizada a participação de todos os setores na luta: atos de rua nos estados, paralisações, construção da marcha à Brasília, pressão sobre os parlamentares em cada estado, etc.

Por fim, a Marcha à Brasília será uma grande atividade unificada, com as três esferas, trabalhadores privados, movimentos sociais e estudantes.

RIO GRANDE DO SUL

ATO REFORÇA UNIDADE DO MOVIMENTO

Centenas de professores protestaram na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre. Perto do meio-dia, os professores foram até o Largo Glênio Peres, onde cerca de três mil participaram do ato convocado pela CUT e sindicatos.

Sindicalistas e lideranças rechaçaram a proposta de "reforma". Com faixas e distribuindo panfletos à população, se fizeram presentes também os auditores e técnicos da Receita Federal, que paralisaram totalmente suas atividades na capital.

Com palavras-de-ordem como "agora é greve" e "ou pára essa reforma ou paramos o Brasil", os servidores exigiram a retirada da PEC 40.

FOTO CLAUDIO WAYNE

"Existe, hoje, uma articulação para dividir o movimento dos servidores públicos, através da apresentação de emendas cosméticas", disse a deputada federal Luciana Genro (PT). Foi inaugurado um painel para expor fotos de parlamentares que votarem na "reforma". Ao final, um abraço à sede do INSS simbolizou a defesa de uma Previdência Social pública.

SANTA CATARINA

MAIS DE 4 MIL NAS RUAS DE FLORIANÓPOLIS

O ato dos servidores públicos reuniu mais de 4 mil no centro da capital pela retirada da PEC 40 e contra a privatização da Previdência. Após o ato, os servidores saíram em passeata e distribuíram panfletos explicando para os trabalhadores da iniciativa privada o que eles perderão com a reforma.

FOTO MARCELA CORNELLI

LULA ACEITA A ALCA EM 2005

NO DIA 20 DE JUNHO, EM WASHINGTON, OS DOIS CO-PRESIDENTES DAS NEGOCIAÇÕES PARA FORMAÇÃO DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS, LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA E GEORGE W. BUSH, ASSINARAM UM COMUNICADO CONJUNTO PARA INSTALAÇÃO DA ALCA EM JANEIRO DE 2005

DAVID CAVALCANTE, de Recife (PE) e **MARIÚCHA FONTANA,** da redação

Depois do "espetáculo das relações perfeitas" com os EUA, alguns setores tentaram minimizar o comunicado conjunto, dizendo que este não significou nenhum recuo ou que não teve qualquer significado.

Um dos que sustentam essa versão é o embaixador brasileiro nos EUA, Rubem Barbosa. Fiel escudeiro do time de FHC, ele, em entrevista na revista *IstoÉ*, agarra-se ao termo "exitosa", que consta no comunicado que se compromete com a "conclusão **exitosa** *(grifo nosso)* das negociações para uma Área de Livre Comércio das Américas até janeiro de 2005".

Mas é tentar tapar o sol com a peneira ou não querer enxergar a realidade negar que tal reunião atendeu aos objetivos de Bush, de aceleração da Alca.

O governo brasileiro aceitou participar de reuniões extraordinárias—além da Cúpula Ministerial de novembro, em Miami—que vão acelerar as negociações. Uma delas, a chamada "mini-ministerial", já ocorreu em Maryland (EUA), reunindo 14 dos 34 países que negociam a Alca. O objetivo dela foi acelerar as negociações e avançar numa proposta comum, sem a participação de países que têm maior resistência ao acordo.

O Brasil concordou com a proposta dos EUA de realizar uma cúpula presidencial, que incluirá os temas Alca e terrorismo, em dezembro. Esses encontros visam cumprir o calendário para implantação da Alca em 2005.

A Alca, os acordos bilaterais (como o que os EUA fizeram com o Chile) ou um acordo com o Mercosul (chamado de 4 mais 1) são parte também da estratégia de fortalecimento das propostas dos EUA no âmbito das negociações da OMC.

Bush quer o acordo bilateral com o Chile, a anexação do Mercosul e a aceleração da Alca também para reforçar sua hegemonia mundial.

E, ao contrário do que dizem lideranças petistas sobre a "alternativa" Mercosul em oposição à Alca, o Mercosul é uma via para a Alca. O Brasil, inclusive, tem usado os países menores (Argentina, Paraguai e Uruguai) como moeda de troca nas negociações com Bush para favorecer setores exportadores da burguesia brasileira.

Também com os países da Comunidade Andina (Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia e Equador), Lula estimulou acordos com os EUA antes da consolidação da Alca. No dia 27 de junho, em reunião da Comunidade Andina na Colômbia, afirmou: *"defendemos para as negociações da Alca um enfoque pragmático, deixando a cada país ou grupo de países, que assim o desejem, a liberdade de fazer concessões mais profundas de forma bilateral. Nossos interlocutores em Washington têm demonstrado compreender a necessidade de um enfoque deste tipo."*

Muitos setores honestos e lutadores não querem acreditar que esse *cavalo de tróia* possa estar sendo trazido para dentro do Brasil pelas mãos do governo Lula. Ademais, porque consideram o Itamaraty e a política externa a parte "mais progressista" do governo.

Mas, mesmo possíveis contradições existentes no governo e na burguesia não mudam o fato de que a política deste governo é uma totalidade, na qual se inclui o Itamaraty. Ela responde aos interesses da burguesia e seus negócios. E a burguesia brasileira quer a Alca.

Nisso, segue valendo a análise do professor Reinaldo Gonçalves: *"no combate à Alca, se é verdade que a potência norte-americana é um forte adversário, é ainda mais verdadeiro que as elites econômicas e classes dirigentes nacionais são os principais inimigos"* (*Boletim PACS nov 2002*).

Mobilização pode impedir o acordo

PLEBISCITO OFICIAL JÁ! RUPTURA DAS NEGOCIAÇÕES

Para todos que organizamos o plebiscito de 2002, mais do que nunca a saída é apostar todas as fichas na mobilização, exigindo Plebiscito Oficial já e ruptura das negociações.

Em 2002, apesar do boicote da maioria da direção do PT e da CUT, o plebiscito foi vitorioso e a campanha tomou igrejas, escolas, sindicatos, empresas e bairros.

Devemos jogar pesado na campanha pelo abaixo-assinado.

A maioria da coordenação da campanha considera que o governo está em disputa e a luta contra a Alca não é uma luta contra o governo. Nós, do **PSTU**, não achamos isso, pois quem está negociando a Alca é o governo.

Mas todos que somos por barrar a Alca e pela ruptura das negociações temos acordo que a via para derrotá-la é a da mobilização. Devemos então, unidos, arregaçar as mangas e retomar – com o abaixo-assinado – o nível de mobilização que tivemos em 2002.

Com certeza, com mobilização, podemos barrar a Alca. Consultas populares, mobilizações e contestações jurídicas crescem no Continente. Alianças estão sendo construídas em nível internacional, preparando protestos contra a Organização Mundial do Comércio.

A próxima Cúpula da OMC, em Cancún, no México, de 9 a 13 de setembro, será palco de grandes mobilizações unindo movimentos sociais das Américas, Europa e Ásia. Haverá também paralisações e protestos em todo o mundo nesta data.

Um grande mutirão de coleta de assinaturas pelo Plebiscito Oficial sobre a Alca acontecerá no Brasil, de 1º a 7 de setembro, na semana do Grito dos Excluídos, inaugurando essa jornada internacional.

Já, agora, na greve do funcionalismo contra a reforma neoliberal da Previdência, devemos coletar milhares de assinaturas e intensificar a campanha de esclarecimento junto ao povo.

Soberania sim, Alca não!

A Alca atenta contra a já raquítica soberania dos países latino-americanos, pois permite a livre circulação de mercadorias e investimentos de qualquer empresa norte-americana no continente, até mesmo para o acesso às compras e serviços dos contratos governamentais dos governos federal, estadual e municipal, a exemplo das obras da construção civil, da Saúde ou da Educação. Além disso, retira do país o poder de decisão. A resolução de disputas comerciais e jurídicas seria feita no Comitê de Negociações Comerciais e no Comitê de Solução de Controvérsias.

Outra proposta nociva coloca em jogo a propriedade do conhecimento e da criação, através das leis de propriedade intelectual. Tecnologias, marcas, direitos autorais, descobertas científicas, fórmulas medicinais etc., seriam apropriadas por grandes empresas, via registro das patentes. Isso já foi feito com o cupuaçu, fruta da região norte do Brasil, que não pode ser comercializada normalmente por empresas brasileiras pois sua patente pertence a uma empresa do Japão.

Se a Alca for implantada, os grandes prejudicados serão os trabalhadores e a grande maioria da população pobre das Américas.

A Alca significa o aprofundamento do projeto neoliberal, mais privatização, fome e desemprego e submissão neocolonial aos EUA.

FOTO GERARDO LAZZARI

Um chamado à esquerda petista: Rompam com o PT. Vamos formar um Novo Partido

EDUARDO ALMEIDA NETO,
da DireçãoNacional do **PSTU**

Os militantes honestos da esquerda socialista do PT estão neste momento em uma encruzilhada: ou rompem com o PT e o governo Lula, ou vão seguir legitimando um governo que se enfrenta com uma greve nacional como a do funcionalismo.

De um lado estarão, junto com o governo, todos os partidos burgueses mais importantes, a Rede Globo, os banqueiros e o FMI. Do outro, estarão os funcionários em greve, os sindicatos, entidades estudantis e populares mais conscientes. Depois desta greve, independente de seu resultado imediato, os que seguirem no PT terão em suas biografias uma ação comum com tudo o que há de pior no país contra uma greve justa de trabalhadores.

A traição da esperança de uma geração

Toda uma geração de ativistas do movimento ajudou a construir o PT. Centenas de milhares de militantes dedicaram boa parte de suas vidas para que Lula um dia governasse o país. Hoje, com seis meses de experiência, é possível afirmar com clareza que o governo do PT não apenas continua, como aprofunda os planos neoliberais de FHC.

Isto ainda não está na consciência da maioria das massas, mas já pode ser constatado pelos ativistas de esquerda.

Quem está em disputa?

Parte da militância que construiu o PT está hoje nos aparatos de parlamentos, prefeituras ou do governo federal. Uma das lições básicas do marxismo é que a existência determina a consciência. Por isso, não devemos esperar que essa parte rompa com o governo pelo balanço destes seis meses, pois sempre será possível construir uma ideologia para seguir no PT. A mais difundida delas é a de que este governo está em disputa: "Tem elementos negativos, mas vários positivos".

Segundo esta ideologia, o governo não tem uma definição de classe. Uma mobilização de massas e uma proposta consistente pode convencê-lo a ir para a esquerda. Já, se não houver mobilização, nem projeto claro, a pressão da burguesia pode levá-lo para a direita.

Nessa visão, Lula e os quadros existentes no governo seriam um vaso oco, à espera de ser preenchido por um ou outro lado.

Esta ideologia não resiste à realidade. A última prova virá com a greve do funcionalismo. Os funcionários têm uma proposta clara: a retirada da PEC 40 para debater outro projeto, que beneficie os trabalhadores e ataque banqueiros e sonegadores.

Pela teoria do "governo em disputa", isto deveria bastar para levar o governo a adotar a proposta dos servidores. Mas, o que vai ocorrer é uma dura luta de classes: a burguesia e o governo de um lado contra um setor dos trabalhadores do outro.

O governo não está em disputa. Quem está em disputa são as massas que ainda acreditam no governo e começaram a desconfiar que algo está errado. Estão em disputa centenas de milhares de ativistas honestos, que um dia construíram o PT e que agora estão perplexos.

Por que e até quando?

Não sobram muitas ideologias para seguir no PT, ao se deixar de lado a do "governo em disputa". Antes existiam os que diziam ser necessário apoiar Lula para que ele chegasse ao poder. Já chegou. Existiam os que diziam ser necessário esperar por uma grande traição do governo Lula para poder romper. Lula está querendo impor a reforma da Previdência e traindo os mais de dez milhões que votaram contra a Alca no ano passado. Existiam os que diziam que era necessário que um setor das massas fizesse a experiência e rompesse com o governo. Isto está ocorrendo com a reforma da Previdência e a greve do funcionalismo: milhões que votaram em Lula estão rompendo com o PT.

Falta o quê então para romper com o PT? Falta que o partido dê um exemplo de funcionamento stalinista, ao punir e expulsar aqueles que seguem defendendo resoluções de congressos petistas? Isto está em curso com o processo aberto para expulsão de Luciana, Babá, João Fontes e Heloísa.

Se as correntes da esquerda petista seguirem no PT depois das expulsões, teremos que chegar à uma triste constatação. Não ficaram por acreditar que o PT possa ser um instrumento de transformação social. E sim, por cálculo eleitoral, para eleger parlamentares ou, mais triste ainda, para manter cargos nas prefeituras e governos. A esquerda estará demonstrando assim, sofrer da mesma adaptação eleitoral da *Articulação*.

Hoje esta discussão tem enorme importância porque definirá os votos dos parlamentares da esquerda petista na reforma da Previdência. Luciana Genro, Babá, João Fontes e Heloísa Helena já declararam inúmeras vezes que vão votar contra a "reforma", mesmo com a clara ameaça de serem expulsos.

O restante da esquerda petista (também o PC do B) apontou para o sentido oposto: o de votar a favor da reforma. Estão dispostos a votar junto com o governo um ataque brutal contra os trabalhadores para seguir no PT. Seguir para quê e até quando? Não existe nenhuma resposta real a esta pergunta, que não passe por cargos no aparato e cálculos eleitorais.

Existe a possibilidade de que Heloísa Helena, mesmo votando contra a reforma, não seja expulsa do PT (ao contrário dos outros radicais), por sua importância. Mas aí valerá também para ela a pergunta: para quê seguir no PT e até quando? Como disse a própria Heloísa no ato em defesa dos radicais, realizado em São Paulo no dia 28 de junho: "até quando vamos legitimar um partido que tem esta prática"?

O problema não se resume a ser ou não ser expulso. Mas sim, em romper ou não com este partido. Ao seguir no PT depois da votação da Previdência, os parlamentares da esquerda petista estarão, como dizia a própria Heloísa, legitimando este partido para atacar os trabalhadores com outras reformas do FMI.

Nós, do **PSTU**, fazemos um chamado a toda esquerda petista : Façam como Luciana Genro, Babá, João Fontes e Heloísa Helena: votem contra a "reforma". Rompam com o PT, e venham junto conosco construir um novo partido de esquerda, democrático em seu funcionamento interno, claramente contra a Alca e as reformas do FMI. Um partido voltado para a ação direta , para as lutas dos trabalhadores e não somente para eleições.

A nossa proposta é deflagrar um movimento amplo por um novo partido com todos aqueles que rompam com o PT pela esquerda. Juntos, vamos discutir pelo tempo que for necessário (provavelmente alguns anos) o programa e a forma de funcionamento deste novo partido. Este movimento por um novo partido seguiria aberto a novas rupturas que venham a ocorrer no PT e a todo o ativismo, se fortalecendo como uma alternativa política ao governo Lula.

Esta é uma encruzilhada histórica. Que não se enganem os que buscam saídas apenas táticas para problemas políticos deste porte. Todas as correntes da esquerda petista viverão crises de grande envergadura, caso não rompam com este partido na votação da reforma da Previdência.

Plano B é pura fantasia: a transição inexistente e as "alternativas" que não mudam

ENQUANTO CAMINHA NA DIREÇÃO DA COLONIZAÇÃO DO PAÍS, O GOVERNO DIZ QUE PREPARA AS BASES PARA A "TRANSIÇÃO" E O "ESPETÁCULO DO CRESCIMENTO" E DESQUALIFICA OS CRÍTICOS. NA OUTRA PONTA, OS "DESENVOLVIMENTISTAS" SE LIMITAM A RECEITAR ASPIRINA PARA TRATAR CÂNCER: UMA "TRANSIÇÃO DO NEOLIBERALISMO" SEM RUPTURA COM O IMPERIALISMO, COM O CAPITAL E COM A BURGUESIA

JOÃO RICARDO SOARES,
da redação

Um grupo de parlamentares que compõe a esquerda do PT, conhecido como "grupo dos 30", publicou um manifesto intitulado *"Retomar o rumo do crescimento já!"*. Recentemente, mais de uma centena de intelectuais jogou mais "lenha na fogueira" propondo o início de uma agenda de transição do neoliberalismo"(*"A agenda interditada, uma alternativa de prosperidade para o Brasil")*.

As propostas centrais: controle do fluxo de capitais, diminuição das taxas de juros e redução das metas de superávit fiscal.

O presidente do PT, José Genoíno, respondendo aos intelectuais, esgrime como "argumento forte" que o governo Lula não prepara uma "transição ao socialismo" e sim uma transição do modelo neoliberal.

Genoíno apela, porque quer esconder o fato de que não existe qualquer transição. O governo Lula mantém a pauta de reformas exigidas pelo imperialismo e aprofunda o processo de recolonização do Brasil. Não apenas dá continuidade à política de FHC, mas a aprofunda.

Ao tentar desqualificar o debate, Genoíno ressuscita o "pensamento único" e também nisso copia FHC. O que só revela a natureza autoritária desse modelo que aprofunda a entrega do país. Forma e conteúdo estão de mãos dadas.

Mais descabida ainda é a resposta de Genoíno, quando analisadas as medidas propostas pelos críticos. Eles não vão além de propor o controle do fluxo de capitais, medida adotada por Kirchner na Argentina; baixar as taxas de juros, como fez recentemente Greespan nos EUA; e a diminuição das metas de superávit primário, enquanto durar a atual taxa de desemprego. Não nos parece que Kirchner ou Greespan apliquem medidas de ruptura com o capitalismo e de transição ao socialismo.

A crítica dos petistas apenas resgata o que a Frente Popular defendia: inaugurar uma nova era de desenvolvimento capitalista no Brasil.

O "debate", entretanto, arranca de um ponto em comum: ninguém defende a ruptura com o imperialismo como a primeira e mais importante ação do governo.

O alvo do combate, para ambos os lados, não estaria no capitalismo, mas no neoliberalismo. Portanto, o debate estaria circunscrito apenas ao ritmo e à forma de construir a *"era pós-neoliberal"* inaugurando o *"espetáculo de crescimento"* prometido por Lula.

Seria, então um debate entre "realistas": os críticos - preservando a aliança de classes do governo- querem *"construir uma vontade nacional, obrigando as elites a se voltarem para sua própria terra e sua própria gente"* (Fiori). E o governo, que na impossibilidade de convencer a burguesia a voltar-se para "sua própria gente" acaba aceitando a "realidade" e governando para a burguesia tal qual ela é.

A discussão acaba, então, circunscrita a quantos pontos poderão vir a cair as taxas de juros, para gerar algum emprego, em um país no qual o desemprego real é um dos maiores do mundo. É simplesmente deixado de lado o centro do problema: o caráter semicolonial do Brasil.

A discussão versa sobre qual "modelo" de capitalismo adotar, sem romper com o imperialismo e com a grande burguesia brasileira.

O que não existe neste debate é realismo.

Do "modelo FHC" e sua herança...

O "modelo FHC" se apoiou em uma entrada massiva de "investimentos" estrangeiros e no aumento da exploração dos trabalhadores. Entre 1995 e 2001, entrou mais capital estrangeiro no país do que se havia acumulado em 500 anos de história.

Seu resultado não foi o "fim da inflação", mas o aprofundamento da dominação imperialista sobre o Brasil: via a destruição das barreiras comerciais, que elevou em níveis espetaculares as importações; e a desnacionalização, com as privatizações e a venda de empresas privadas nacionais, o que aumentou a remessa de lucros. Além, do aumento da dívida externa e interna.

A ofensiva sobre a classe trabalhadora se apoiou no alto índice de desemprego. O banco de horas e aumento da jornada de trabalho, a terceirização, o aumento do ritmo de trabalho e a "reestruturação produtiva" resultaram num aumento da transferência de renda dos trabalhadores para os patrões, da mesma forma que no período inflacionário.

O fim dos investimentos estrangeiros traria de volta a inflação, pois o capital continuaria bombeando recursos para fora. O país passou a ter dois "bichos-papão": a volta da inflação e a "vulnerabilidade externa".

Trocando em miúdos, isso significou mais dependência do capital imperialista para fechar as contas do país e manter em dia o pagamento aos agiotas. Neste quadro, o governo Lula tinha duas opções: deixar de pagar a dívida externa e romper com o FMI e as negociações da Alca, ou "honrar os contratos" com o imperialismo. Já sabemos qual foi a opção.

... ao "modelo Lula"

O governo diz que sua prioridade é impedir a volta da inflação. Não é verdade, sua prioridade é o pagamento da dívida externa. A dívida externa é paga em dólares. Por isso, o "país" deve gerar divisas estrangeiras.

Os bilhões de dólares que entram com os investimentos estrangeiros ficam retidos no Banco Central, que emite o valor correspondente em reais. Somados aos dólares gerados pelas exportações, estes formam um caixa que é utilizado no vencimento das dívidas.

A crise mundial fez secar o poço dos investimentos estrangeiros e, como as exportações brasileiras não são suficientes para pagar a dívida e demais contas com o exterior, o dinheiro deve sair de algum lugar. Ele sai do bolso do trabalhador, do corte nos gastos públicos e da retirada de conquistas com as reformas.

Como os capitais internacionais não estão vindo mais, devem ser "atraídos" com uma taxa de juros de 26%, quando nos EUA é de 1%. Como o dinheiro que paga a dívida não brota do ar, ele está sendo retirado da economia brasileira, e por isso Lula leva o país à recessão, pois a prioridade é o pagamento da dívida.

Respondendo aos críticos que exigem a "transição", o governo responde que esta é uma política conjuntural e que prepara a transição. Mas a diretriz orçamentária do governo até 2006 – conforme acordo com o FMI e documento de Palocci - se compromete a seguir retirando verbas da saúde, educação, moradia e reforma agrária para pagar a dívida.

Não se apressem, há uma segunda fase, diz o governo. Qual seria o plano de desenvolvimento?

Uma política industrial centrada no aumento das exportações. As medidas derivadas desta política já estão

em andamento: reativar o Mercosul e ampliá-lo para outros países da América do Sul; acordo de livre comércio com a União Européia; construção do "bloco dos cinco" com Índia, África do Sul, Rússia e China e a manutenção do calendário da Alca para 2005.

A meta do governo é gerar saldos na balança comercial com o aumento das exportações. Mas o que será feito com este "saldo"? Irá para o pagamento da dívida externa. Resultado: "tudo como antes, no quartel de Abrantes".

Exportação e desenvolvimento capitalista

A miséria da maioria da população brasileira se deve ao fato de que este capitalismo subdesenvolvido absorve somente uma parcela da população. Temos uma indústria débil e controlada pelas multinacionais e uma agricultura submetida ao latifúndio e voltada para a exportação. Ao centrar o crescimento econômico nas exportações, isso implica na manutenção do modelo histórico de dependência que temos vivido nestes 500 anos.

Para exportar, a burguesia brasileira que não consegue competir com os produtos tecnologicamente avançados dos países imperialistas, busca garantir preços mais baixos dos produtos "brasileiros", através de maior exploração dos trabalhadores urbanos e rurais.

Então, o aumento das exportações se assentará no aumento da exploração da classe trabalhadora. O arrocho salarial será a pedra fundamental que permitirá a "competitividade" do que será exportado. Mais que isso, a reforma trabalhista anunciada, tentará retirar conquistas dos trabalhadores para aumentar a "competitividade" das exportações.

Entretanto, mesmo que exista crescimento nas exportações, não haverá mais emprego e nem "distribuição de renda". Pois, mesmo que a produção aumente, as novas mercadorias não circularão dentro do país e os empregos que deveriam ser gerados pelo comércio, transporte, arrecadação de tributos etc. não vão existir. A "renda interna" também não vai subir, pois não haverá mais circulação de dinheiro. Este estará concentrado nos lucros dos exportadores.

A outra conseqüência deste "modelo" é que não haverá reforma agrária, pois o centro da produção agrícola continuará sendo a monocultura para a exportação cultivada nos grandes latifúndios. Haverá mais concentração de terras e aumento do desemprego no campo, fruto da mecanização agrícola.

O México, que apresentou altas taxas de crescimento, convive com mais da metade da população na pobreza e um desemprego crescente, no setor mais dinâmico de sua economia: o que está voltado para exportação ao mercado norte-americano.

Na verdade, não existe nenhuma transição. E se existe alguma, é aquela que aprofunda o transitar do Brasil para o rumo da recolonização.

FOTO SAMUEL TOSTA

BONECOS de Lula e Berzoini no ato do Rio de Janeiro

Os "desenvolvimentistas" do capitalismo

A debilidade do capitalismo brasileiro conduz a um raciocínio tentador: se desenvolvermos o capitalismo poderemos, no mínimo, acabar com as graves injustiças sociais. Há alguma possibilidade de desenvolver a economia capitalista brasileira, semicolonial em via de colonização, gerando bem-estar para a população, sem rupturas?

É um fato histórico que nenhum país capitalista "desenvolvido" fortaleceu sua economia enviando suas riquezas ao exterior. Pelo contrário, se desenvolveram porque absorveram riquezas dos outros países. Os bilhões que são pagos ao imperialismo e a fuga de capitais impedem que se cumpra a lei básica do capitalismo: gerar um forte ciclo de investimentos que acelere o crescimento.

Os setores críticos do PT não mencionam sequer a necessidade da suspensão do pagamento da dívida e a histórica bandeira da auditoria, que mostraria que a dívida já foi paga, além de toda ladroagem que a envolve.

Mas, digamos que haja um novo ciclo de investimentos. Não existe qualquer automatismo entre crescimento econômico e bem-estar da população. Como absorver os milhões que estão na "economia informal" e gerar empregos no ritmo em que cresce a população sem reduzir a jornada de trabalho?

No mesmo sentido, sem uma reforma agrária que transforme radicalmente a estrutura no campo, o preço dos alimentos não cairá. Pois todo o ganho de produtividade no campo está nas mãos do grande latifúndio que produz grãos para exportação e não para alimentar os brasileiros.

Por que os "desenvolvimentistas" abandonaram estas bandeiras anti-imperialistas históricas do movimento? Pelo simples fato de que elas rompem a aliança de classes do governo Lula.

O vice Alencar e o ministro Furlan dependem dos mercados imperialistas. O ministro da agricultura representa o grande latifúndio exportador, e está contra a reforma agrária. Todos estes burgueses, além de tudo, querem a Alca, que acaba com qualquer perspectiva de desenvolvimento capitalista nacional. E os críticos já não defendem a ruptura das negociações.

Sejamos realistas

Os desequilíbrios da economia brasileira não são a inflação nem a vulnerabilidade externa, mas sua subordinação ao imperialismo. Encarar isso significa deixar de lado a baboseira de que não é possível romper com o imperialismo pela adversidade da correlação de forças internacionais, como diz Genoíno.

A mobilização internacional contra o imperialismo hoje existente - cuja maior expressão se deu durante a guerra - cria as condições políticas para que Lula lidere uma frente de países devedores pelo não pagamento da dívida. Isso, sem dúvida, mobilizaria milhões em todo o mundo e no interior, inclusive, dos EUA. Mas Lula faz o oposto. Vai aos EUA e, com Bush, canta loas ao livre comércio e à Alca.

O governo está "amarrado" à burguesia, que não tem outra opção a não ser aquela que pavimenta o caminho que nos converterá em colônia. Os 28 parlamentares da esquerda petista, ao estarem amarrados ao governo, se resignam a fazer críticas pontuais. Desse jeito, acabam sendo mais um vagão deste trem. Sabem que para exigir que o governo rompa com o imperialismo, devem romper com o governo.

FIORE, J.L., "Fios da Moeda". Revista "Margem Esquerda", Num. 1, Maio 2003. BOITEMPO Editorial
"A Agenda interditada, uma alternativa de prosperidade para o Brasil". Disponível em www.correiocidadania.com.br
"Tomar o rumo do crescimento já!". Manifesto de 30 parlamentares do PT.
GENOINO, J., *"O governo Lula e a esquerda"*. Disponível em www.pt.org.br

VENHA PARA O PSTU

O **OPINIÃO SOCIALISTA** DEDICARÁ UMA NOVA SEÇÃO PARA DIVULGAR AS ATIVIDADES E A MARCHA DA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO. CONVIDAMOS OS MILITANTES A DIVULGAREM NESTA PÁGINA INFORMES E ARTIGOS SOBRE A ABERTURAS DE SEDES E A CONSTRUÇÃO DO PSTU EM SUAS CIDADES. ATIVIDADES, COMO PALESTRAS E DEBATES, TERÃO UM LUGAR RESERVADO. NÃO PERCA TEMPO, ESCREVA!

Nasce o PSTU no Mato Grosso

Partido inicia sua atuação no estado com importantes lideranças. Além do movimento sindical, militantes atuam no movimento popular e na luta dos remanescentes de quilombos

No Mato Grosso o **PSTU** surge com força. Além da capital, Cuiabá, foi aberto o partido em seis cidades do interior. No Vale do Araguaia, nas cidades de Barra do Garça e Primavera do Leste, por exemplo, ingressaram no **PSTU** ativistas com anos de movimento.

O presidente do Sindicato dos Rodoviários Erivaldo, antigo militante da região, participou da Guerrilha do Araguaia, foi fundador do PCdoB nesta cidade e na região, rompeu com o PCdoB em 1996, permaneceu por muitos anos sem partido e hoje passa a integrar o **PSTU**.

Ainda em Primavera do Leste, ingressaram João Maurício e Mara. Antigos ativistas, eles já estão levando a campanha contra a Alca e organizando a juventude e os trabalhadores em sua cidade.

Em Cuiabá, ingressou no partido o Carlão, um companheiro com longa trajetória no movimento negro e no movimento popular, e que hoje junto com outros companheiros estão organizando núcleos nas cidades de Várzea Grande, Comodoro, Tanguará da Serra e Nossa Senhora do Livramento. Neste munícipio, uma das novas militantes é a companheira Laura Ferreira, uma das principais lideranças da Associação do Quilombo Mata Cavalo, onde vivem em constante luta mais de 500 famílias.

O PSTU estará promovendo uma série de palestras e debates sobre os seis meses do governo Lula, procure se informar com o companheiro que lhe passou este jornal quando será a palestra na sua cidade ou no seu bairro.

DEBATE NO RIO DE JANEIRO

A regional do Rio de Janeiro irá realizar um debate sobre os seis meses do governo Lula e a necessidade de um novo partido de esquerda no Brasil. Para representar o partido, estará presente o presidente nacional do PSTU e membro da Executiva da CUT, José Maria de Almeida.

O debate será na quinta-feira, **17 de julho, às 19h, no Auditório 11 da UERJ, na Av. São Francisco Xavier, 524/1º. andar, no Maracanã.** Maiores informações ligar para (21) 2293-9689

NOVOS MILITANTES NO CONGRESSO DA UNE

No Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Goiânia, o PSTU interviu defendendo a greve dos servidores públicos e denunciando a reforma da Previdência de Lula. Mais de 500 jovens pararam depois de 4 exaustivos dias de congresso para debater o tema "Brasil: Reforma ou Revolução?", em uma atividade com Valério Arcary, da direção nacional do PSTU. Fruto deste debate e da experiência comum no movimento, mais de 100 jovens ativistas, universitários de todo o país, decidiram ingressar no PSTU.

ARRAIÁ NO ABC

Nem só de luta se vive. Pensando nisso, os militantes do PSTU no ABC realizam no sábado, dia 12, o primeiro Arraiá do PSTU na região. Os companheiros e companheiras convidam todos e garantem muito quentão e vinho quente.

A festa começa às 20h, na Rua Mal. Deodoro, 2261, em São Bernardo do Campo (SP).

FOTO DIEGO CRUZ

"Venha para o partido que não oferece vantagens nem privilégios. Se alcançarmos a vitória, construiremos um novo mundo..."

Barmim
(Jovem Bolchevique)

Coluna do PSTU na abertura do III Fórum Social Mundial

MOBILIZAÇÕES DO FUNCIONALISMO EM TODA A AMÉRICA LATINA

Nas últimas semanas, a América Latina foi o cenário de greves e mobilizações de professores e funcionários públicos, principalmente os trabalhadores vinculados à Saúde e à Seguridade Social.

O quadro abaixo, apesar de parcial, permite uma visão do conjunto das lutas. Há que se acrescentar a luta dos funcionários da Seguridade Social da Colômbia contra a privatização; as manifestações dos professores na Bolívia e a mobilização do funcionalismo no Brasil. Assim como a efervescência entre os professores e os funcionários públicos no Chile.

No Peru e Costa Rica as lutas dos professores foram apoiadas nas ruas por diferentes setores sociais como estudantes, trabalhadores e pais de alunos, alcançando um grau de massividade poucas vezes visto em torno a uma só categoria.

No Panamá e Guatemala, os trabalhadores da Seguridade e Saúde também foram acompanhados nas ruas por diferentes setores e grupos de bairros. No Equador e México as greves de professores foram longas, mas não incorporaram outros setores.

Também cabe destacar novas formas de luta, como piquetes e bloqueios de estradas na Guatemala, Panamá, México, Peru, Costa Rica e Equador e a ocupação de prédios públicos no México e em El Salvador. Nota-se uma maior combatividade e disposição de luta dos trabalhadores.

Os planos de ajustes do FMI, cumpridos à risca por todos os governos, deixam claro para a população seu caráter a partir da destruição da Educação e da Saúde. O esqueleto orçamentário dos países está no ar, como o rei que fica nu. Cada vez mais os orçamentos dos governos não são direcionados para a área social. Isso cria condições para a unidade dos servidores com a população explorada.

MÉXICO
Aumento salarial na Educação
Contra a repressão a grevistas

GUATEMALA
Contra a privatização da Saúde
Aumento salarial na Saúde

EL SALVADOR
Contra a repressão a grevistas

REPÚBLICA DOMINICANA
Pagamentos atrasados na Saúde

COSTA RICA
Pagamentos atrasados na Educação

PANAMÁ
Aumento do orçamento para a Saúde
Pagamentos atrasados na Educação

COLÔMBIA
Contra a privatização da Saúde

EQUADOR
Aumento do orçamento para a Educação

PERU
Aumento salarial na Saúde
Aumento do orçamento e aumento salarial na Educação
Acordo coletivo

BOLÍVIA
Aumento salarial na Educação

PARAGUAI
Aumento salarial na Educação
Acordo coletivo

A versão completa deste artigo está no site http://clajadep.lahaine.org

O dia-a-dia das lutas

16 DE MAIO
Trabalhadores da seguridade social ocupam 3 hospitais em El Salvador.
Milhares de professores do México bloqueiam o palácio presidencial.
Mais de 10 mil professores em greve no Equador.

21 DE MAIO
Trabalhadores da Saúde peruana iniciam greve.
Professores de Honduras anunciam greve.

6 DE JUNHO
Professores mexicanos radicalizam.

7 DE JUNHO
É declarada ilegal a greve dos professores do Equador, que em resposta bloqueiam ruas e fazem barricadas incendiárias.

10 DE JUNHO
Professores mexicanos ocupam 10 locais públicos.

14 DE JUNHO
Professores da Costa Rica recusam proposta do governo.

16 DE JUNHO
Greve dos trabalhadores da Saúde no Equador.
Cresce a greve dos professores da Costa Rica.

21 DE JUNHO
Milhares de professores em greve saem às ruas no Paraguai.

25 DE JUNHO
Professores bloqueiam ruas na Costa Rica.

26 DE JUNHO
Repressão violenta aos funcionários da Seguridade Social no Panamá.

27 DE JUNHO
Bloqueios de ruas no terceiro dia de greve dos servidores no Panamá.
Começa a greve nacional dos trabalhadores da Saúde na Guatemala.

1º DE JULHO
Continua a greve de 24 mil servidores da Seguridade Social no Panamá.

4 DE JULHO
Milhares de professores realizam protestos no Panamá.

5 DE JULHO
Milhares de trabalhadores da Saúde protestam com bloqueios de ruas na Guatemala.
Médicos paralisam 22 hospitais públicos na República Dominicana.
Professores se mobilizam no Peru.

‘Fomos traídos’

Reproduzimos trechos da declaração da Confederação dos Trabalhadores Equatorianos sobre o governo de Lúcio Gutiérrez.

“Como o povo equatoriano, também confiamos na candidatura do coronel Lúcio Gutiérrez que nos fazia ter esperanças de que durante o seu governo seriam impulsionadas mudanças em benefício do povo (...).

Equatorianos, lamentavelmente temos que lhes dizer que fomos traídos, e diante disso, não há pior cego do que aquele que não quer ver e chama a ‘defender o projeto de Lúcio” (...).

Talvez o projeto seja o que se comprometeu com o FMI, através da “carta de intenção”, a desenvolver um programa de transferências (...) para a banca internacional.

Nosso compromisso histórico com as grandes causas do povo equatoriano nos chama a denunciar a política anti-pátria desenvolvida pelo governo (...).

A tergiversação da realidade, não só busca justificar a cumplicidade do governo com a transferência de recursos para a banca, senão e além disso fundamenta a proposta de congelamento para os salários que exige o FMI para facilitar a privatização das empresas (...).

Ocultar a realidade não fará com que as tropas norte-americanas que realizam operações militares em nosso território para agredir o povo irmão da Colômbia, desapareçam. E tampouco os barcos que patrulham em nosso mar territorial, senhor coronel, todos já os vimos.

As picaretas e as pás não bastam para cobrir a dívida social, a busca a todo custo para cobrir pontualmente o pagamento da dívida externa em detrimento da qualidade de vida dos equatorianos, tudo isso tem levado o governo do coronel Lúcio G. a fazer o que nenhum governo de direita pôde fazer:

· Com a mal chamada unificação salarial, se congela por dois anos os salários (...).
· A destruição do sistema nacional de Saúde mediante a municipalização com a qual o Estado se desobriga do povo.
· (...) privatização da Seguridade Social.
· A entrega dos campos petroleiros e refinarias às multinacionais (...).
· Comprometeu-se a aumentar o gás (...).
· Apodera-se do fundo de excedentes petroleiro e do fundo da Seguridade Social para continuar pagando a dívida externa.
· Comprometeu-se a demitir 30 mil trabalhadores públicos em vez de gerar emprego.
· Aumenta as tarifas elétricas (...).

Através de uma manobra desonesta, pretende fazer com que os equatorianos acreditem que a defesa do patrimônio nacional e dos direitos trabalhistas vigentes seja confundida com a defesa egoísta de supostas regalias, que nós trabalhadores não temos.

Em nossas fileiras não existem ladrões de fundos públicos ou corruptos (...). Somos parte do povo que continua sonhando com a justiça social, em um país de desequilíbrios.

Senhor presidente, (...) é o momento de cumprir as promessas de campanha (...).

Por isso exigimos:
· Fim do projeto de unificação salarial;
· Arquivamento dos projetos de privatização dos campos de petróleo e refinarias;
· Arquivamento do projeto de entrega das empresas elétricas a empresas internacionais;
· Retirada imediata das tropas estrangeiras do território e do mar territorial equatoriano;
· Saída dos ministros da Economia, Governo e Energia;
· Fim da perseguição contra os trabalhadores e seus dirigentes;
· Arquivamento das ordens de prisão para os ex-dirigentes da Petroequador;
· Arquivamento do projeto que entrega empresas telefônicas a empresas internacionais;

Construir uma nova instância para a unidade e luta dos trabalhadores e do povo.”

Quito, 13 de julho de 2003
Pela libertação dos trabalhadores
Confederação dos Trabalhadores do Equador (CTE)

TODO APOIO
À GREVE DOS
SERVIDORES!
ABAIXO A REFORMA
NEOLIBERAL DA
PREVIDÊNCIA
LULA
Persiga os
sonegadores,
não os servidores!
CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
ASSOJURIS
NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA
REFORMA DA
PREVIDÊNCIA
SERVIDORES Públicos elegeram LULA
LA elegeu os SERVIDORES-VILÕES da P